

ATA DA NONAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TERCEIRA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2003.

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e três, às dezenove horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo, em sua Sede, sob a Presidência do vereador Angelino Ferreira Neckel, estando ainda presentes os seguintes edis: Airton José Weber, Luiz José Spaniol, Dário José Kuhn, Adelar Henrique Schmitt, Lori Magdalena Messer, José Lauri Brill, Ricardo Trierweiler e Paulo Antônio Medtler. Deveu-se o atraso no início da Reunião ao fato de a reunião da Comissão Geral de Pareceres, realizada anteriormente ter se estendido além do previsto. O Presidente declarou aberta a Reunião, e solicitou, de imediato ao Secretário da Câmara, servidor Cesar Alberto Karling, a procedência da leitura da Ata da reunião ordinária anterior. Procedida a leitura, colocou-a em discussão, sendo que ninguém se manifestou. Passando-se à votação da mesma, foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou-se a leitura da **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**, onde constavam: Das Câmaras de Vereadores dos Municípios de Porto Alegre e Caxias do Sul as nominatas dos membros da Mesa Diretora para o presente período legislativo. Do Poder Executivo Municipal os Ofícios: Of.Cam.Nº013/Gab/2003(ofício Câmara número zero treze barra gabinete barra dois mil e três), apresentando informações em atendimento a solicitação encaminhada por meio do Of.nº014/CMV/2003(Ofício número zero quatorze barra Câmara Municipal de Vereadores barra dois mil e três); Of.Cam.Nº014/Gab/2003(ofício Câmara número zero quatorze barra gabinete barra dois mil e três), informando em atendimento a solicitação encaminhada por meio do Of.nº018/CMV/2003(Ofício número zero dezoito barra Câmara Municipal de Vereadores barra dois mil e três) que o Município de Presidente Lucena não participava de nenhum programa, a nível federal ou estadual que possibilite a concessão de cestas básicas à população; Of.Cam.Nº015/Gab/2003(ofício Câmara número zero quinze barra gabinete barra dois mil e três), apresentando informações em atendimento a solicitação encaminhada por meio do Of.nº018/CMV/2003(Ofício número zero dezoito barra Câmara Municipal de Vereadores barra dois mil e três); Do vereador Adelar H. Schmitt, o Of.nº002/AHS/2003(ofício número zero zero dois barra dois mil e três) solicitando que, após os trâmites regimentais, fossem encaminhadas ao Poder Executivo Municipal, as Indicações de Nº001/2003(número zero zero um barra dois mil e três) e Nº002/2003(número zero zero dois barra dois mil e três), anexas. Do vereador Airton J. Weber, o Of.nº004/AJW/2003(ofício número zero zero quatro barra dois mil e três) solicitando que fosse colocado sob apreciação plenária, e se recebido voto favorável da maioria, encaminhado ao destinatário, o Ofício de Nº003/2003(número zero zero três barra dois mil e três), que seguia em anexo. Em continuidade como ninguém havia se inscrito no espaço das **EXPOSIÇÕES PESSOAIS**, passou-se para a apreciação das proposições apresentadas. Pediu o Presidente da Mesa Diretora, ao Secretário da Câmara, servidor Cesar A. Karling, que procedesse a

leitura dessas a medida que fossem apreciadas. Iniciando o Secretário da Câmara, pela leitura da Indicação de Nº001/2003(número zero zero um barra dois mil e três) apresentada pelo vereador Adelar H. Schmitt, dirigida ao Prefeito Municipal. Por meio desta indicou a construção de pista de motocross e centro de convivência para a terceira idade na área de terras de propriedade do Município, localizada na localidade de Nova Vila. Colocada em discussão, indagou o vereador José L. Brill se essa pista deveria ser do tipo para fazer trilha. Expôs o vereador Adelar H. Schmitt que existiam normas para construção de pista de motocross e poderia essa se enquadrar em algo mais oficial. Passando-se à votação do encaminhamento da Indicação, foi o mesmo aprovado com sete votos favoráveis e uma abstenção. Absteve-se de votar a vereadora Lori M. Messer. Após procedeu o Secretário da Câmara a leitura da Indicação de Nº002/2003(número zero zero dois barra dois mil e três), também apresentada pelo vereador Adelar H. Schmitt, dirigida ao Poder Executivo Municipal. Nesta indicou a recondução do Vice-Prefeito no cargo de Secretário de Obras do Município. Colocada em discussão a Indicação, comentou o vereador José L. Brill que estava posta uma questão que não entendia. Pois que na época que o Vice-Prefeito exercia o cargo reclamavam dizendo que as estradas estavam em péssimo estado e que eram feitas muitas obras particulares e que hoje estavam-no querendo de volta. Disse também o vereador José L. Brill, que o cargo até o presente estava vago e se quisesse voltar poderia. Destacou o vereador Paulo A. Medtler que o Secretário tirara 30(trinta) dias de férias e que não retornara mais ao trabalho, mas que ninguém o mandara embora. Ainda expôs o vereador José L. Brill que competia ao Prefeito, o Vice-Prefeito voltar a ocupar à Secretaria. Passando-se à votação da Indicação, foi o mesmo rejeitado com 5(cinco) votos contrários e 4(quatro) favoráveis. Votaram contra o encaminhamento, a vereadora Lori M. Messer e os vereadores José L. Brill, Ricardo Trierweiler, Paulo A. Medtler e Angelino F. Neckel. Votaram a favor, os vereadores Airton J. Weber, Luiz J. Spaniol, Dário J. Kuhn e Adelar H. Schmitt. Como havia ocorrido empate, a princípio, fez-se necessário o voto do Presidente. Dando seqüência, procedeu o Secretário da Câmara, a leitura do Ofício de Nº003/2003(número zero zero três barra dois mil e três) apresentado pelo vereador Airton J. Weber, dirigido ao Senhor Raul Petry, editor chefe do Jornal O Diário. Por meio deste parabenizou-o pela forma objetiva e lúcida com que escrevera o editorial publicado no Jornal O Diário, edição de nº602 de 20 de janeiro do presente ano, sob o título “Assessorias caras, inoportunas e que nada produzem”. Colocado em discussão, comentou o vereador José L. Brill, que era meio pesada a expressão assessorias caras e inoportunas que nada produziam. Pois dessa forma poderia-se dizer que o Assessor da Câmara, que tantas vezes ajudara os vereadores, não produzia nada. Manifestou-se também no instante a vereadora Lori M. Messer, que era usada como justificativa os recursos públicos da saúde e da educação, e que não sabia se esses setores estavam tão mal. Disse a vereadora Lori M. Messer que a seu ver a saúde no Município, estava bem e que a Secretária vinha apresentar a cada trimestre a prestação de contas da Secretaria. Falou no instante, o vereador Adelar H. Schmitt que na sessão anterior havia sido colocada a questão da falta de recursos para certas áreas e que considerava a criação do cargo de assessor de imprensa, desperdício de

dinheiro público. Comentou a vereadora Lori M. Messer que o Secretário de Obras ocupar o cargo também seria um gasto. E que a oposição estava dizendo que era desperdício de dinheiro só para aparecer matéria no jornal. Falou ainda a vereadora Lori M. Messer, que havia municípios com mais jornais trabalhando em função do município e que agora só porque deveria ter assessor que, de repente tentaria trabalhar, e só porque havia outro jornal perto, o mesmo seria errado, contra a lei, questionou. E porque a oposição não apareceria só no Jornal O Diário, no qual queriam aparecer, pessoa deveria deixar de ter o direito de fazer serviço pelo Município, novamente questionou a vereadora Lori M. Messer. No momento, expôs o vereador José L. Brill, que não tinha nada contra a idéia do vereador Airton J. Weber, e que a respeitava, mas que não concordava com o trecho do ofício que dizia que o Prefeito envergonhava a população que o elegera, encaminhando Projeto de Lei à Câmara visando a criação de cargo de Assessor de Imprensa. Manifestou-se no instante o vereador Airton J. Weber, dizendo que queria deixar claro a questão do assessor, colocada pelo vereador José L. Brill, anteriormente. Pois aqui na Câmara trava-se do assessor do legislativo, outro setor, departamento. Pois que o texto do jornal se referia a assessor de imprensa. Observou o vereador José L. Brill, que o título somente falava em assessorias. E que quando o lera, logo pensara que da forma como estava posto, até o assessor que desenvolvia trabalho sério nessa hora seria desconsiderado. Expôs o vereador Airton J. Weber que havia grande diferença entre o assessor legislativo e o assessor de imprensa. Disse que não tinha nenhuma queixa do serviço prestado pelo Doutor Miguel, o qual para ele estava desenvolvendo um bom trabalho, ainda mais, comparado ao prestado pelo Doutor Zamboni na legislatura anterior. Destacou a vereadora Lori M. Messer que primeiro deveria-se conhecer o serviço antes de criticá-lo. Ainda no momento, observou o vereador José L. Brill, que na parte inicial não se distinguia, se tratava-se de assessor de imprensa ou de assessor jurídico. Observou o vereador Airton J. Weber que abaixo estava claro que tratava-se de assessor de imprensa. Colocou na oportunidade a vereadora Lori M. Messer, que primeiro seria necessário conhecer o serviço, pois que na atualidade faltava mostrar tanta coisa a ser colocada em jornais, e se um não desse conta, por que não poderia ter assessor só para isso. Comentou o vereador Adelar H. Schmitt, que a seu ver o Jornal O Diário dava cobertura a todos os fatos importantes que aconteciam na prefeitura, através de matérias espontâneas do Jornal bem como por matéria pagas. Observou a vereadora Lori M. Messer que já fora prejudicada pelo Jornal, e que tinha assinatura do mesmo. No que disse o vereador Adelar H. Schmitt, que se achava que com a contratação de assessor de imprensa, seria desprejudicada. Falou a vereadora Lori M. Messer que não estava dizendo isso, mas que poderia ter mais do que um. Na oportunidade, falou o vereador José L. Brill, ao vereador Adelar H. Schmitt, que em quase todas as prefeituras havia assessor de imprensa, e que nessas estava bom, e se aqui não poderia ter. Indagou no instante, o vereador Adelar H. Schmitt, se poderiam lhe dizer qual a específica função do assessor de imprensa. Respondeu a vereadora Lori M. Messer que era fazer as matérias do jeito que tinham que ser. Ainda perguntou o vereador Adelar H. Schmitt, onde divulgariam essas matérias. Respondeu a vereadora Lori M. Messer que seria no jornal,

e tudo o que deveria ser. Observou o vereador Adelar H. Schmitt que o jornal divulgava tudo o que lhe era oferecido. Destacou também o vereador Adelar H. Schmitt, que para divulgação do Município, a Prefeitura de Presidente Lucena estava associada à Rota Romântica, além da divulgação do jornal. E que não era por falta de meios que o Município deixaria de ser divulgado. Sendo que se fosse contratado assessor seria para escrever meia página, pois muito mais do que isso o jornal nem poderia divulgar. Observou a vereadora Lori M. Messer que esse deveria saber como seria feito o trabalho, e que não seriam os vereadores, nesse momento, que iriam dizer como deveria trabalhar. O vereador José L. Brill, no momento expôs que não tinha nada contra o jornal, mas que em Ivoti, onde estava instalado o Jornal O Diário, a poucos metros da Prefeitura, a Administração contava com assessor de imprensa. No instante, observou o vereador Airton J. Weber que fosse feita comparação do porte dos Municípios de Ivoti e Estância Velha com o de Presidente Lucena. Observou a vereadora Lori M. Messer que o Município de Ivoti não tinha Câmara própria ao contrário de Presidente Lucena. Lembrou o vereador José L. Brill ao vereador Airton J. Weber que com a vagância do cargo de Secretário de Obras, esse dinheiro era poupado. No que disse o vereador Airton J. Weber, que também não justificava poupar com um e gastar com outro. Também, o vereador Adelar H. Schmitt, comentou que se quisessem cortar gastos com secretários que fossem então exonerados os secretários da saúde, da educação e das demais secretarias, pois que pouparia-se um monte de dinheiro, mas que ficaria a administração sentada sem fazer nada. Falou ainda o vereador Adelar H. Schmitt, que era necessidade ter secretários. Observou o vereador José L. Brill que até hoje estavam esperando que o Secretário de Obras voltasse. Falou também o vereador José L. Brill, que apareceram ofícios aqui na Câmara com manifestações contra o Vice-Prefeito. Indagou no instante, o vereador Ricardo Trierweiler por que a oposição criticara tanto o Senhor Carlos Henrique Schaeffer, se hoje o estava pedindo de volta. Respondeu o vereador Adelar H. Schmitt, que o estava indicando como secretário de obras, e não como político, por entender que à frente da secretaria fizera bom serviço. E que se tivesse que criticar o faria, como da mesma forma elogiaria se fosse o caso. Ainda no instante, seguiu-se discussão com vários vereadores falando ao mesmo tempo, impossibilitando a compreensão do exposto e sua conseqüente inclusão nessa Ata. Ainda na oportunidade, lembrou o Presidente da Mesa, que se não desse certo o cargo de assessoria de imprensa, poderia o Prefeito despedir esse assessor. Destacou o vereador José L. Brill, que não era contra o ofício em si, mas não concordava com a justificativa. E que já acontecera situação em que solicitara ao vereador Airton J. Weber que mudasse a justificativa de exposição que pretendia apresentar, no que fora atendido, e conseqüentemente votara a favor do encaminhamento dessa. Na oportunidade, observou o vereador Airton J. Weber, que lamentava a decisão do Prefeito visto que em 04(quatro) de janeiro de 2001(dois mil e um) encaminhara ofício de nº16/Gab/2001(número dezesseis barra gabinete barra dois mil e um) à Câmara dizendo que reduzira a folha de pagamento em R\$6.987,59(seis mil novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos). Disse que no primeiro mês enviara ofício contando a vantagem da redução

de gastos e que agora estava só contratando funcionários. Indagou no momento o vereador José L. Brill ao vereador Airton J. Weber se esse já tivesse visto município ou estado que crescesse, e que não tivesse aumentado a folha de pagamento. Lembrou o vereador Adelar H. Schmitt, que se crescesse também aumentaria a receita, mas que nesse caso isso não aconteceria. Comentou na oportunidade o vereador José L. Brill, que não estava dizendo que o Jornal não divulgava o Município, mas se não eram de opinião que se Presidente Lucena fosse divulgado isso atrairia empresas, mais turistas. Expôs no instante a vereadora Lori M. Messer que já fora prejudicada pelo Jornal e que tinha testemunhas disso, as quais até poderia trazer. Disse que certa vez vereador aparecera no jornal, no outro dia a matéria dele fora divulgada, enquanto que a sua apresentada na mesma noite, não fora mencionada. E indagou como é que ela iria se sentir. Expôs no instante o vereador Airton J. Weber que nesse caso a edil deveria criticar o jornal. Disse a vereadora Lori M. Messer, que o fizera, mas que isso não deveria acontecer, pois que o trabalho deveria ser imparcial. E que pagava o seu jornal e que não deveria ser tirado proveito de um vereador e de outro não. Ainda comentou que usara da palavra na mesma noite, mas que sua opinião não aparecera enquanto que a do outro constara. Comentou o vereador Adelar H. Schmitt, que se fosse ele teria enviado ofício ao repórter, lamentando o fato. Disse a vereadora Lori M. Messer que telefonara para o mesmo. Disse que não era de colocar em jornal só para aparecer. Mas que gostaria que fosse publicado na hora em que colocava as coisas. Perguntou no instante o vereador Adelar H. Schmitt, à vereadora Lori M. Messer por que então isso lhe preocupava. Expôs a vereadora Lori M. Messer que gostaria de ter aparecido no jornal, naquela noite em que havia colocado para ser publicado. E que ali havia sido sua vez de aparecer quando estava falando em prol dos munícipes. Passando-se à votação do encaminhamento do Ofício foi o mesmo rejeitado com 5(cinco) votos contrários e 4(quatro) favoráveis. Votaram contra o encaminhamento, a vereadora Lori M. Messer e os vereadores José L. Brill, Ricardo Trierweiler, Paulo A. Medtler e Angelino F. Neckel. Votaram a favor, os vereadores Airton J. Weber, Luiz J. Spaniol, Dário J. Kuhn e Adelar H. Schmitt. Como havia ocorrido empate, a princípio, fez-se necessário o voto do Presidente. Em seguida passou o Presidente da Mesa Diretora para a **ORDEM DO DIA**. Considerando que haviam sido apresentadas duas emendas, uma ao Projeto de Lei N°004/2003(número zero zero quatro barra dois mil e três) que instituía o calendário de eventos culturais do Município de Presidente Lucena para o exercício de 2003 e dava outras providências e a outra ao Projeto de Lei de N°007/2003(número zero zero sete barra dois mil e três) que instituía a área urbana da localidade de Picada Schneider e dava outras providências, de autoria dos vereadores Luiz J. Spaniol, Airton J. Weber e Ricardo Trierweiler, declarou o Presidente da Mesa Diretora, suspensa a Reunião, visando permitir à Comissão Geral de Pareceres elaborar parecer. Reaberta a Reunião, observou o vereador Dário J. Kuhn que não havia recebido cópia das emendas. Considerando o mesmo suspendeu novamente o Presidente da Mesa a Reunião, visando permitir a distribuição de cópias das emendas aos vereadores. Reaberta a Reunião, pediu o Presidente da Mesa Diretora ao Secretário da Câmara a procedência da leitura da emenda ao Projeto de Lei

Nº004/2003(número zero zero quatro barra dois mil e três) que instituía o calendário de eventos culturais do Município de Presidente Lucena para o exercício de 2003 e dava outras providências. Por meio desta sendo sugerido o acréscimo do Artigo de nº5º(número quinto) com a seguinte redação: Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário. Após procedeu o Presidente da Mesa Diretora a leitura do parecer à emenda. Neste a Comissão Geral de Pareceres se manifestou favorável à emenda, considerando que a adição deste artigo impediria o conflito de legislações. Colocada a emenda em discussão, observou o vereador Luiz J. Spaniol, que a demora não era culpa da Comissão de Pareceres, e sim do Executivo que enviara o Projeto de Lei se esquecendo de um artigo, o que levava a Comissão a apresentar a emenda para incluí-lo, visando evitar futuros problemas. Disse a vereadora Lori M. Messer que ninguém estava dizendo que havia demora. Observou o vereador Luiz J. Spaniol que pessoas haviam reclamado que estava demorando e que podia ser diferente. E que na condição de Presidente da Comissão Geral de Pareceres se via no direito de fazer esse esclarecimento. Passando-se à votação da emenda, foi a mesma aprovada por unanimidade. Após, procedeu o Presidente da Mesa Diretora o Parecer ao Projeto de Lei Nº004/2003(número zero zero quatro barra dois mil e três) que instituía o calendário de eventos culturais do Município de Presidente Lucena para o exercício de 2003 e dava outras providências. Neste a Comissão Geral de Pareceres se manifestou favorável ao Projeto considerando que com esta legislação, o Poder Executivo poderia planejar seus eventos, inclusive dando maior publicidade a eles. Colocado o Projeto de Lei em discussão, ninguém se manifestou. Passando-se à votação do Projeto, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Após procedeu o Presidente da Mesa Diretora o Parecer ao Projeto de Lei Nº005/2003(número zero zero cinco barra dois mil e três) que instituía o calendário de eventos esportivos municipais para o exercício de 2003 e dava outras providências. Neste a Comissão Geral de Pareceres se manifestou favorável ao Projeto de Lei considerando que com esta legislação, o Poder Executivo poderia planejar seus eventos, inclusive dando maior publicidade a eles. Colocado o Projeto de Lei em discussão, ninguém se manifestou. Passando-se à votação do Projeto de Lei, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida, procedeu o Presidente da Mesa Diretora o Parecer ao Projeto de Lei de Nº006/2003(número zero zero seis barra dois mil e três) que instituía o programa de incentivo ao produtor rural –PROIN-RURAL- para o exercício de 2003, autorizava o seu custeio, e dava outras providências. Neste a Comissão Geral de Pareceres se manifestou favorável ao Projeto de Lei, considerando que a agricultura era uma das atividades mais importantes de nosso Município, e incentivá-la, significava dar condições para o aumento da produção, o que reverteria em melhoria na qualidade de vida e rendas para o Município. Colocado o Projeto de Lei em discussão, ninguém se manifestou. Passando-se à votação do Projeto de Lei, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida, procedeu o Presidente da Mesa Diretora o parecer à emenda ao Projeto de Lei de Nº007/2003(número zero zero sete barra dois mil e três) que instituía a área urbana da localidade de Picada Schneider e dava outras providências, pela qual era proposto o acréscimo de Artigo de nº6º(número sexto) com a seguinte

redação: Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário. No parecer a Comissão Geral de Pareceres se manifestou favorável à emenda, considerando que a adição deste artigo impediria o conflito de legislações. Colocada a emenda em discussão, ninguém se manifestou. Passando-se à votação da emenda, foi a mesma aprovada por unanimidade. Em seguida procedeu o Presidente da Mesa Diretora a leitura do Parecer ao Projeto de Lei de Nº007/2003(número zero zero sete barra dois mil e três) que instituía a área urbana da localidade de Picada Schneider e dava outras providências. Neste a Comissão Geral de Pareceres se manifestou favorável ao Projeto de Lei, considerando que a urbanização de que tratava este projeto vinha de encontro com a aspiração da comunidade da Picada Schneider, conforme o referido na justificativa apresentada. Colocado o Projeto de Lei em discussão, ninguém se manifestou. Passando-se à votação do Projeto de Lei, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Em continuidade, passou o Presidente da Mesa Diretora para o período do **GRANDE EXPEDIENTE**, onde estavam inscritos os vereadores José L. Brill e Airton J. Weber. Considerando o mesmo, concedeu o Presidente da Mesa, a palavra ao vereador José L. Brill, primeiro inscrito. Fazendo uso da palavra o vereador José L. Brill, cumprimentou o Presidente da Mesa Diretora, demais vereadores, Secretário da Agricultura, Comandante da Brigada Sargento Janier, jornalista do Jornal O Diário e demais presentes. Após expôs que na sexta-feira, dia 24(vinte e quatro) fora feita a entrega oficial dos troféus do terceiro campeonato municipal de futebol de campo, na Sede do Esporte Clube União de Morro do Pedro, e que somente lamentava o fato de ninguém da equipe do Ipiranga ter comparecido, mas que havia sido avisada. Também na oportunidade agradeceu a todos os atletas, dirigentes e a torcida que prestigiara esse campeonato que transcorreria de forma normal. Lembrou também, que a Prefeitura pagara os juizes, além de, pela primeira vez, ter pago os troféus. Convidou ainda a todos, para se fazerem presentes na inauguração da ponte sobre o córrego da Rua Lobo da Costa, às 10h:00min(dez horas) e da sobre o Arroio Veado na localidade de Picada Schneider, às 10h30min(dez horas e trinta minutos). Por último, falou o vereador José L. Brill, que concordava com o que o vereador Luiz J. Spaniol havia dito, sobre que as pessoas reclamavam do atraso que ocorrera. Disse que já passara por isso, assim como a vereadora Lori M. Messer. E que quando passava do período de tolerância era-se acusado por vereadores de não estar cumprindo com o Regimento. Falou que não tinha nada contra a Comissão Geral de Pareceres, nem nada contra o atraso, pois se fosse necessário teria esperado mais meia hora. E quanto a matéria no jornal de que a briga entre PDT e PMDB estava de volta, não via o mesmo como uma briga e sim uma discussão saudável, simples, de idéias diferentes. Disse que respeitava todas elas por considerar que o vereador era soberano em suas idéias. Concluída a manifestação do vereador José L. Brill, concedeu o Presidente da Mesa Diretora a palavra ao vereador Airton J. Weber. Fazendo uso da palavra o vereador Airton J. Weber, cumprimentou o Presidente da Mesa Diretora, demais vereadores, Secretário da Câmara, Assessor Jurídico, Secretário da Agricultura Senhor Arlindo, jornalista do Jornal O Diário e munícipes. Em seguida expôs que desejava fazer algumas considerações referentes ao Projeto de Lei Nº002/2003, que

criava, incluía e extinguiu cargos no quadro de provimento em função de confiança. Questionou o fato da real necessidade de criação desse cargo de assessor de imprensa, recebendo salário de R\$667,38(seiscentos e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos), e carga horária de 20(vinte) horas semanais. Quanto ao ofício que proporia enviar ao editor chefe do Jornal O Diário, disse o vereador Airton J. Weber, que o fizera considerando o editorial que esse escrevera e publicara. Procedeu o vereador Airton J. Weber a leitura de parte desse editorial o qual tinha por título: Assessorias caras e inoportunas que nada produzem. O texto dizia que tratava-se de assessorias necessárias em determinados órgãos públicos, mas totalmente fora de propósito em outros, que serviam somente para acolher os caprichos dos administradores. Ainda, que em casos como o Governo do Estado ou Prefeitura de Porto Alegre ou outra de município de maior porte, se justificavam as assessorias de imprensa, mas o mesmo não acontecia em outros casos, pois que prefeitos no afã de dar vazão ao trabalho que se realizava em seus municípios, se precipitavam contratando assessorias de imprensa que eram caras e muitas vezes contraproduzentes. Dizia também o texto, que assessorias de imprensa em Município como Estância Velha e Ivoti já eram discutíveis, pelo pouco trabalho que ensejavam ao jornalista que ocupasse o cargo. E que quando se tratava de Prefeitura de menor porte, nem se falava. Ainda fez o texto menção a relação dos custos versus benefícios. Sendo que essas despesas eram muito altas e não se justificavam, ao o que disse o vereador ser essa também sua opinião. E que nas prefeituras onde havia assessorias de imprensa, muitas vezes o resultado era pífio. Sendo que nos dias atuais os administradores públicos deveriam se preocupar em aplicar melhor o dinheiro do contribuinte. Destacou o vereador Airton J. Weber que somando-se as despesas totais que o cargo geraria, considerando salário, décimo terceiro, férias e INSS, nesses dois anos que a atual administração ainda teria pela frente, seria possível fazer boa obra no Município. Expôs que esse dinheiro poderia ser investido nas obras de asfaltamento da Rua Lobo da Costa e Rua Sobradinho, junto as quais havia instalados mercados, cujas mercadorias precisavam ser limpas todos os dias em virtude do pó que vinha dessas vias públicas. E se fosse usado esse retorno do ICMS nessas obras, seria melhor aplicado, traria muito mais benefícios para toda a população. Ainda leu o vereador Airton J. Weber, outro trecho do editorial, o qual dizia que essas prefeituras tinham a disposição uma imprensa atuante e que nada omitia de suas administrações. Bastava somente usar melhor os recursos existentes, repórteres, os quais conviviam com a comunidade e que conheciam os municípios onde trabalhavam, diuturnamente, como a palma de suas mãos. Ainda no texto constava, que esses repórteres faziam o trabalho de reportagem e vinculavam nos jornais da região e de graça. Comentou o vereador Airton J. Weber que haviam rejeitado o encaminhamento do ofício, mas que desejava parabenizar o jornalista pela idéia, com a qual também concordava, e dessa forma o encaminharia como cidadão, pois que não havia nada que o impediria. Expôs o vereador Airton J. Weber que na justificativa do Projeto de Lei constava que com essas medidas a administração municipal buscava maior transparência de suas atividades, bem como deixar a comunidade lucenense sempre bem

informada sobre os assuntos municipais que de forma direta ou indireta atingiam suas vidas. Disse que achava estranho o fato de muitas vezes serem rejeitados os pedidos dos vereadores e os aprovados, quando retornava resposta, essa era muito duvidosa, praticamente não falando nada sobre o que havia sido questionado. Destacou que alguns se encontravam nessa situação, não todos. Também na oportunidade, expôs o vereador Airton J. Weber que o Prefeito encaminhara ofício, datado de 24(vinte e quatro) de janeiro de 2001(dois mil e um), dizendo que estava reduzindo esse valor que falara anteriormente dos gastos com pessoal. Comentou que o Prefeito primeiro quisera dizer que estava diminuindo os gastos com pessoal, mas que ultimamente estava admitindo muita gente. Observou também o vereador Airton J. Weber que guardara plano de governo da administração para poder cobrar as metas. E que, na introdução do plano de governo constava que a administração iria dar fim ao nepotismo e ao autoritarismo, mas que não sabia se o Prefeito sabia o que isso significava. Pois logo após começarem as contratações havia sido admitida filha de Secretário, irmã de Secretário, sobrinha de Secretária. E essa entrando em licença, outra sobrinha assumindo no lugar dessa. Além de a primeira dama ter assumido a direção da Creche. Portanto, disse o vereador Airton J. Weber não sabia se o Prefeito tinha conhecimento do que era nepotismo. Observou ainda o vereador Airton J. Weber, que para ele, esse Projeto de Lei não era nada mais que um cabide de emprego. Disse também, que esperava que o Executivo continuasse informando se a redução da folha estava aumentando ou diminuindo. Também aproveitou a oportunidade para comentar que anteriormente a vereadora Lori M. Messer havia dito que roupa suja tinha que ser lavada. E portanto havia a questão do vice-prefeito. O qual no palanque era o homem para a situação, sendo ele na terra e Deus no Céu. Mas ganhas as eleições, cadê o homem, questionou o vereador Airton J. Weber. E se as vezes a oposição o criticara se não fazia trabalho bom, também o elogiara quando isso acontecia. Após expôs o vereador Airton J. Weber que a respeito do ofício que apresentara, cujo encaminhamento havia sido rejeitado, não tivera a idéia, nem mencionara o assessor do Legislativo. E, por isso não aceitava a comparação que colega fizera. Pois que para ele o serviço prestado pelo Doutor Miguel era muito bom, e que não tinha queixas. Sendo que não lhe interessava saber se era filiado a partido, pois o que interessava era o serviço que prestava. Ainda disse o vereador Airton J. Weber, que o Assessor se sentava com os vereadores, esclarecendo dúvidas, assim como também acompanhava as sessões. E que na legislatura passada, quando as vezes acompanhava as sessões, como cidadão comum, pudera observar que o Doutor Hilmar Zamboni muitas vezes nem ficava no plenário acompanhando os trabalhos, permanecendo em sala anexa, quando a Câmara ainda estava instalada no prédio da Prefeitura. Também aproveitou a oportunidade o vereador Airton J. Weber, para agradecer ao Doutor Miguel o bom serviço prestado. No instante manifestou-se o vereador José L. Brill, solicitando espaço para aparte. No que falou o vereador Airton J. Weber que não concederia a palavra para aparte. Observou o vereador José L. Brill, que conforme o Regimento Interno o vereador Airton J. Weber deveria ter declarado expressamente que não iria conceder aparte, e como não o fizera teria direito a uso da

palavra. Comentou o vereador José L. Brill que o título da matéria não mencionava qual era o assessor e que por isso poderia ser qualquer um, sendo somente isso que queria esclarecer. Disse o vereador Airton J. Weber, que não mencionara o assessor da Câmara, nem tivera a idéia de fazê-lo, e que por isso não aceitara a comparação feita entre o assessor de imprensa e o assessor do Legislativo. Por último ainda, agradeceu o vereador Airton J. Weber pelo espaço e desejou boas férias a todos. Concluídas as considerações do vereador Airton J. Weber, aproveitou a oportunidade, o Presidente da Mesa Diretora, para dizer que, no que se referia ao assessor de imprensa, que para ele, como trabalhava no comércio, a propaganda era a alma do negócio. Portanto se não divulgasse seu produto, seu material, não o venderia. E, portanto, disse, um assessor de imprensa certamente faria um bom trabalho para o Município. E quanto a questão do Vice-Prefeito, teriam que chamá-lo e perguntar por que não viera mais, e esclarecer a questão. E como mais nada houvesse para ser deliberado, agradeceu o Presidente da Mesa Diretora ao Secretário da Agricultura Senhor Arlindo Vogel, Sargento Janier, jornalista do Jornal O Diário e munícipe, por terem prestigiado a sessão. Ainda aproveitou o Presidente da Mesa Diretora para desejar bons 30(trinta) dias de férias aos vereadores, para descansarem um pouco e declarou encerrada a Reunião convocando a seguinte, em caráter ordinário, para o dia 05(cinco) de março, do corrente ano, às dezenove horas e trinta minutos, no mesmo local. E, para constar, Cesar Alberto Karling, Secretário da Câmara, elaborou a presente Ata, a qual após lida e aprovada será subscrita pelo Secretário e Presidente da Mesa Diretora.

---

SECRETÁRIO

---

PRESIDENTE